

7.º Relatório Trimestral da Ouvidoria/CNJ Julho, Agosto e Setembro de 2011

INTRODUÇÃO

A Resolução nº 103, de 24 de fevereiro de 2010, do CNJ, estabelece que *“a Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça tem por missão servir de canal de comunicação direta entre o cidadão e o Conselho Nacional de Justiça, com vistas a orientar, transmitir informações e colaborar no aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Conselho, bem como promover a articulação com as demais Ouvidorias judiciais para o eficaz atendimento das demandas acerca dos serviços prestados pelos órgãos do Poder Judiciário.”*

A Ouvidoria do CNJ foi criada pela Resolução nº 67, de 3 de março de 2009, que instituiu o novo Regimento Interno do Conselho, e tem suas atribuições fixadas na Resolução nº 103, de 24 de fevereiro de 2010. Em parte do período compreendido neste relatório, exerceu a função de Ouvidor o Conselheiro José Adonis Callou de Araújo Sá. Na 133ª sessão plenária, de 30 de agosto de 2011, foi eleito o novo Conselheiro Ouvidor, Wellington Cabral Saraiva.

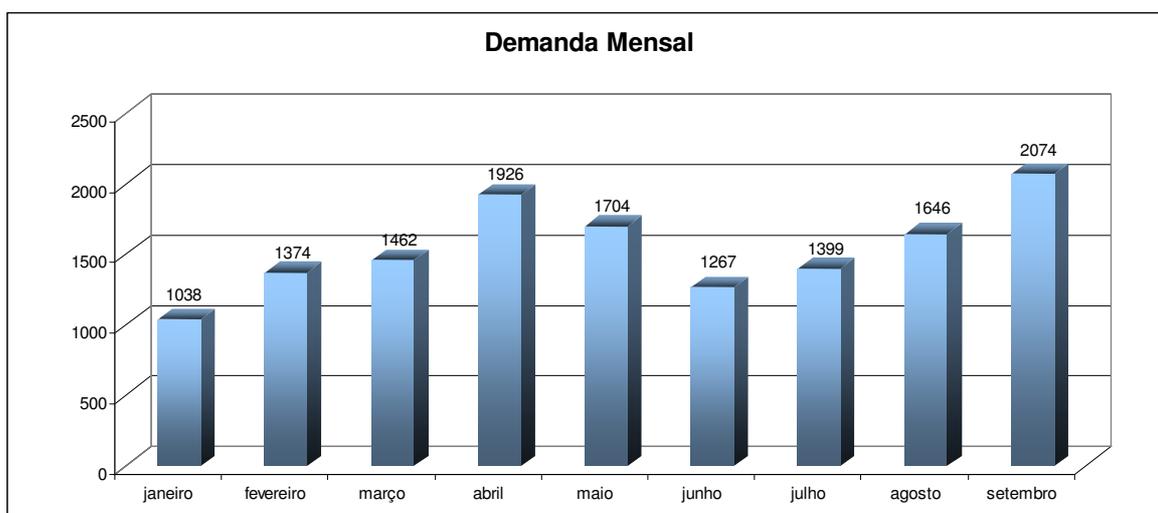
Este relatório é apresentado ao Plenário, em cumprimento ao disposto no artigo 4º, VII, da Resolução nº 103/2010, contendo dados estatísticos relativos às atividades desenvolvidas nos meses de julho a setembro de 2011.

1. AS DEMANDAS RECEBIDAS

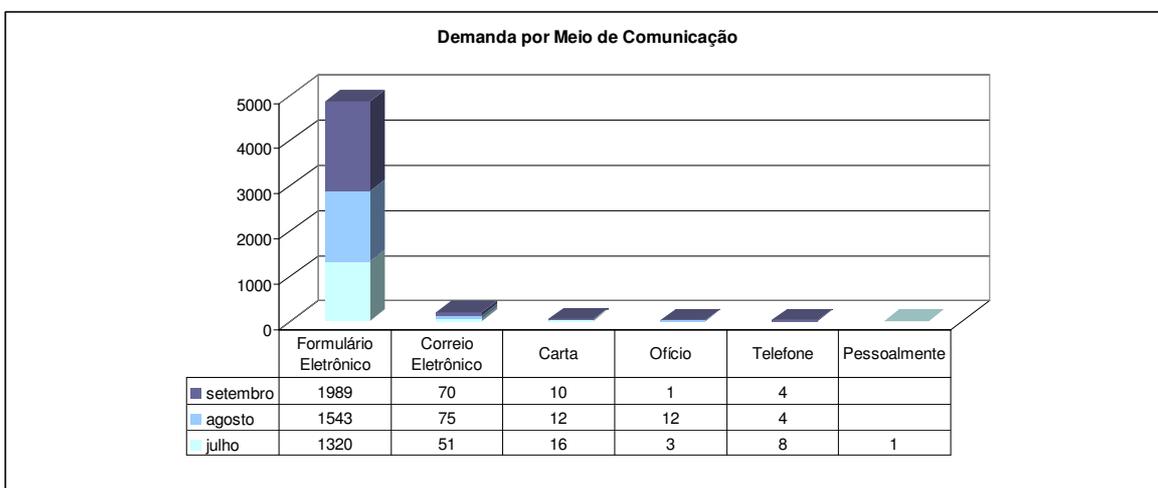
No terceiro trimestre de 2011, a Ouvidoria recebeu 5.119 demandas. O número cresceu nos primeiros quatro meses do ano, apresentou queda em maio e junho e voltou a apresentar crescimento a partir de julho. A média do segundo trimestre (1.632) ficou 26,44% maior que a do primeiro (1.291), e a do terceiro trimestre (1.706) apresentou crescimento de 4,53% em relação ao segundo.

Não foram computadas manifestações duplicadas ou que representaram continuação de demanda anterior. Esses registros totalizaram 276 em julho, 261 em agosto e 151 em setembro.

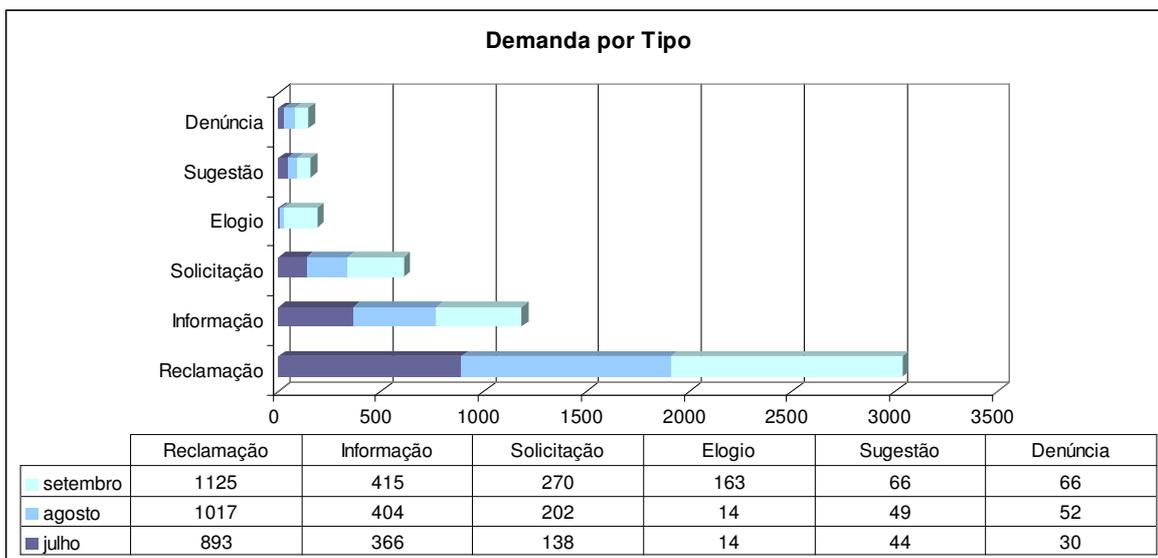
O gráfico a seguir representa a demanda mensal:



O formulário do sistema eletrônico de atendimento continua sendo o meio mais utilizado para acesso à Ouvidoria, com 94,78% dos registros, seguido do correio eletrônico, com 3,83%. Tem-se estimulado a utilização do formulário eletrônico para que o cidadão informe os dados necessários à análise da manifestação, inserindo-a diretamente no banco de dados do Sistema da Ouvidoria. Tem-se também ressaltado a necessidade de aperfeiçoar as rotinas de serviços e a celeridade no tratamento das demandas. O gráfico a seguir representa a distribuição:



Levando-se em consideração os tipos de demandas, a maior parte delas é de reclamações (3.035 = 56,96%) e de pedidos de informações (1.185 = 22,24%), conforme o gráfico abaixo:



O quadro a seguir mostra a quantidade de demandas de julho a setembro, segundo o perfil dos seus autores, destacando-se novamente o grande número de servidores públicos.

Ocupação	Total	%
Servidor público	1.093	21,35%
Advogado	908	17,74%
Aposentado	472	9,22%
Estudante	374	7,31%
Profissional liberal ou autônomo	374	7,31%
Desempregado	343	6,70%
Empregado de empresa privada	323	6,31%
Professor, engenheiro, médico, dentista	177	3,46%
Empresário	170	3,32%
Militar	137	2,68%
Empregado público	83	1,62%
Pensionista	63	1,23%
Presidiário	46	0,90%
Empregado de empresa financeira pública ou privada	27	0,53%
Magistrado	17	0,33%
Delegado de polícia	13	0,25%
Empregado/contratado de organização internacional ou não governamental	9	0,18%
Membro do Ministério Público	7	0,14%
Defensor público	6	0,12%
Perito	4	0,08%
Não informado	473	9,24%
Total		5119

O quadro seguinte registra o número de demandas conforme o Estado de origem. O maior número de manifestações origina-se nos Estados de São Paulo

(1.039 = 20,3%), Rio de Janeiro (794 = 15,51%), Minas Gerais (523 = 10,22%) e Bahia (492 = 9,61%).



2. OS TEMAS DAS DEMANDAS

O quadro a seguir apresenta a quantidade de demandas recebidas na Ouvidoria, classificadas segundo os tipos e temas tratados. O tema morosidade processual permanece como o de maior frequência, assunto que será detalhado no item 2.2 deste relatório.

Em conformidade com os relatórios anteriores, as manifestações que contêm “demanda fora da competência do CNJ” permanecem significativas e atingem 5,11% do total. Tal classificação refere-se a demandas acerca da atuação do Poder Executivo, Legislativo, Ministério Público e Supremo Tribunal Federal, não classificadas em assunto específico.

Os relatos que tratam de decisão judicial, referentes ao teor de despachos e decisões, figuram em terceiro lugar, com 4,28% do total. Em quarto, encontram-se as manifestações sobre atuação de magistrado, com 3,66%.

As manifestações que tratam de processos em curso no CNJ (andamento/situação processual no CNJ), inclusive na Corregedoria Nacional de Justiça (andamento/situação processual na Corregedoria Nacional), somam 118 registros, ou seja, 2,21% do total.

ASSUNTO	RECLAMAÇÃO	INFORMAÇÃO	SOLICITAÇÃO	ELOGIO	SUGESTÃO	DENÚNCIA	TOTAIS
Morosidade Processual no Poder Judiciário	1.460	39	46			8	1.553
Demanda fora da competência do CNJ	138	48	37	2	13	34	272
Decisão judicial	197	12	14			5	228
Atuação de magistrado	157	7	4	11		16	195
Consulta jurídica	17	129	25			1	172
Demanda Insuficiente para classificação	54	71	34	1	3	5	168
Administração de tribunal	139	7	10			8	164

ASSUNTO	RECLAMAÇÃO	INFORMAÇÃO	SOLICITAÇÃO	ELOGIO	SUGESTÃO	DENÚNCIA	TOTAIS
Funcionamento/procedimento de vara/comarca	135	10	6	1		4	156
Matéria de cunho jurisdicional	79	16	52			3	150
Atuação do CNJ			6	121	2		129
Projetos/programas do CNJ	3	33	66	3	7		112
Andamento/situação de processo judicial	22	73	5				100
Melhorias para o Poder Judiciário	1	2	5		92		100
Serventia extrajudicial	46	29	8	2	1	3	89
Execução penal (regime de cumprimento de pena)	37	14	23	1	1	10	86
Pesquisa de Satisfação e Clima Organizacional (setembro de 2011)	34	14	15		11		74
Concurso público para servidor do Poder Judiciário	37	21	9		4		71
Cumprimento de decisão judicial	50	3	6			11	70
Como peticionar ao CNJ	14	39	4		1	4	62
Projeto Começar de Novo	11	35	15	1			62
Consulta de mérito	3	47	5				55
Andamento/situação processual no CNJ (Sem sigilo)	7	37	8				52
Atuação do Supremo Tribunal Federal	36	7	8		1		52
Acesso a sistemas do CNJ	12	18	19				49
Sistema carcerário e sistema de execução de medidas socioeducativas	17	7	13	1		7	45
Pagamento e gestão de precatórios (Res. 115/2010 e Res. 123/2010)	28	11	4			1	44
Decisão do CNJ	34	7	2				43
Pesquisa	6	24	5		6		41
Andamento/situação processual na Corregedoria Nacional de Justiça	9	23	6			1	39
Atividade jurídica (Res. 75/2009)		37	2				39
Cumprimento de decisão do CNJ	27	7	1			1	36
Atuação da Corregedoria Nacional de Justiça				34			34
Concurso público para ingresso na carreira da magistratura (Res. 75/2009 e Res. 118/2010)	21	6	6		1		34
Movimento pela Conciliação/Projeto Conciliar é Legal	2	19	12				33
Atos administrativos do CNJ	5	23	3		1		32
Atuação de	26	3		1		2	32

ASSUNTO	RECLAMAÇÃO	INFORMAÇÃO	SOLICITAÇÃO	ELOGIO	SUGESTÃO	DENÚNCIA	TOTAIS
servidor/funcionário do Poder Judiciário							
Processo eletrônico do CNJ (e-CNJ)	15	10	4		1		30
Resposta/atuação da Ouvidoria do CNJ	3	18	1	7			29
Mutirão Carcerário	2	16	8	1	1		28
Andamento/situação processual no CNJ (Com sigilo)	7	16	4				27
Cadastro Nacional de Adoção		21	5				26
Extravio de processo ou documento/restauração de autos	24		1			1	26
Competência do CNJ	8	13	3	1			25
Informações gerais sobre o CNJ	1	23	1				25
Curso promovido pelo CNJ	2	14	4				20
Justiça em números/estatísticas		10	8				18
Assistência judiciária	2	3	12				17
Morosidade no cumprimento de decisão judicial	13	2	1				16
Recebimento de documento no CNJ/protocolo/número de processo	1	13	2				16
Projudi	7	6	2				15
Sigilo/anonimato	8	4	1			2	15
Tentativa de golpe utilizando o nome do CNJ						15	15
Nepotismo no Poder Judiciário	5	4				4	13
Acesso a sistemas de informação de órgão do Poder Judiciário	7	1	1	1			10
Evento promovido pelo CNJ		3	5		2		10
Imprensa do CNJ		5	3		2		10
Portal do CNJ	5	4			1		10
Banco de dados de mandados de prisão (Res. 137/2011)		6	3				9
Jornada de trabalho, preenchimento de cargos em comissão e limite de servidores requisitados (Res. 88/2009)	4		4		1		9
Jurisprudência do CNJ - Infojuris		7	2				9
Justiça Aberta	2	6	1				9
Metas nacionais do Poder Judiciário	4	4			1		9
Concurso público para a outorga das delegações de notas e de registro (Res.	5	2	1				8

ASSUNTO	RECLAMAÇÃO	INFORMAÇÃO	SOLICITAÇÃO	ELOGIO	SUGESTÃO	DENÚNCIA	TOTAIS
81/2009 e Res. 122/2010)							
Inspeções no Poder Judiciário	1	5	1				7
Outros concursos públicos	3	2	2				7
Atuação de corregedoria de tribunal	5		1				6
Atuação de ouvidoria de tribunal	4	1	1				6
Autor. de viagem para o ext. de crianças e adolescentes (Res. 131/2011)	1	4			1		6
Convênio/acordo/termo de cooperação técnica		4	2				6
Reabilitação e certidão de antecedentes criminais	2	2	2				6
Modelos únicos de certidões	2	2	1				5
Nepotismo nos demais Poderes	3	1				1	5
Numeração única	1	3					4
Renajud	1	3					4
Sistema Nacional de Bens Apreendidos - SNBA (Res. 63/2008)		1	3				4
Advocacia voluntária (Res. 62/2009)			1		2		3
Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas	1	2					3
Inscrição de pretendente no CNA		3					3
Morosidade processual no CNJ	3						3
Movimento pela Conciliação - Campanha divulgada na TV e rádio		2	1				3
Cadastro Nacional de Improbidade Administrativa		1	1				2
Concurso de remoção		1					1
Declara a vacância dos serviços notariais e de registro (Res. 80/2009)	1						1
Estágio no CNJ			1				1
Programa Integrar		1					1
Relato ofensivo	1						1
Tabelas processuais unificadas (Res. 46/2007)		1					1
Outros assuntos	17	57	32	2	3	1	112
Total	3035	1185	610	191	159	148	5328

Obs.: O registro pode ser classificado com mais de um assunto.

2.1 Dados dos Processos

Levando em conta os relatos recebidos no trimestre, 1.940 (37,9%) continham os dados do processo a que se referiam, como o número do processo, órgão em que tramitava, instância em que se encontrava, classe e situação de julgamento, ou seja, se fora julgado ou se se encontrava em fase de execução. Dessas manifestações, a maior parte, 945 (18,46%), tratavam de morosidade processual no Poder Judiciário, seguido das manifestações que tratavam de decisão judicial, no total de 132 (6,8%). As demandas que tratam da morosidade processual estão detalhadas no item a seguir.

2.2 Morosidade Processual

A maior parte das demandas recebidas na Ouvidoria, de forma recorrente, compõe-se de manifestações referentes à morosidade processual no Poder Judiciário, representando 29,15% dos registros nos meses de julho a setembro. Tomando em conta apenas as demandas com essa classificação temática, 94,01% são reclamações.

Considerando o perfil dos demandantes, 11,14% das demandas são de pessoas com deficiência e 16,74% de maiores de 60 anos. Levando em consideração o gênero dos demandantes, 67,03% são de pessoas do sexo masculino.

		Portador de Deficiência ou Doença Grave		Maior de 60 anos	
Não	1.380	88,86%	1.293	83,26%	
Sim	173	11,14%	260	16,74%	
Total	1.553				

Sexo		
Masculino	1.041	67,03%
Feminino	512	32,97%
Total	1.553	

O maior número de demandas que se referem à morosidade processual origina-se do Estado da Bahia, representando 50,20% do total (de demandas originadas) do Estado, seguido do Piauí, com 39,62%, e do Rio de Janeiro, com 38,80%. Percebeu-se diferença em relação ao levantamento do segundo trimestre, em que os Estados de Goiás, Maranhão e Bahia figuraram nos três primeiros lugares.

ESTADO	MOROSIDADE PROCESSUAL	TOTAIS	%
BA	256	510	50,20%
PI	21	53	39,62%
RJ	317	817	38,80%
SE	22	58	37,93%
PB	27	75	36,00%
PE	66	204	32,35%
MS	31	98	31,63%
RO	13	42	30,95%
GO	38	124	30,65%
AM	21	71	29,58%
MA	22	75	29,33%
CE	48	167	28,74%
RS	58	205	28,29%

ESTADO	MOROSIDADE PROCESSUAL	TOTAIS	%
ES	39	144	27,08%
RN	23	85	27,06%
AL	21	79	26,58%
MT	26	114	22,81%
DF	47	208	22,60%
TO	11	49	22,45%
SP	243	1084	22,42%
PR	47	211	22,27%
SC	24	118	20,34%
MG	107	542	19,74%
PA	15	80	18,75%
AC	1	12	8,33%
RR	1	15	6,67%
Não informado	8	73	10,96%
Total	1.553	5.328	29,15%

No que tange à ocupação dos demandantes, o maior número de manifestações sobre morosidade foi feito por pensionistas (48,48%) e aposentados (46,43%), conforme tabela abaixo.

OCUPAÇÃO	MOROSIDADE PROCESSUAL	TOTAIS	%
Pensionista	32	66	48,48%
Aposentado	221	476	46,43%
Desempregado	136	358	37,99%
Empregado de empresa privada	122	332	36,75%
Empregado/contratado de organização internacional ou não governamental	4	11	36,36%
Advogado	320	934	34,26%
Empregado de empresa financeira	10	30	33,33%
Empregado público	25	77	32,47%
Militar	43	144	29,86%
Profissional liberal ou autônomo	109	374	29,14%
Empresário	45	174	25,86%
Delegado de polícia	3	13	23,08%
Dentista, engenheiro, médico, professor	38	187	20,32%
Servidor público	228	1.158	19,69%
Presidiário	11	61	18,03%
Estudante	65	403	16,13%
Defensor público	1	8	12,50%
Magistrado	1	19	5,26%
Não informado	139	492	28,25%
Total	1.553	4.831	29,27%

É relevante destacar que das 1.940 manifestações recebidas com dados do processo, 945 foram classificadas com o assunto morosidade processual.

No que se refere à origem dos processos, a maioria tramita na Justiça Estadual (61,75%), seguindo-se a Justiça Federal (15,49%), conforme tabela a seguir:

LOCALIZAÇÃO	TOTAL	%
Justiça Estadual	578	61,75%
Justiça Federal	145	15,49%
Justiça do Trabalho	71	7,59%
Superior Tribunal de Justiça	40	4,27%
Tribunal Superior do Trabalho	23	2,46%
Justiça Eleitoral	2	0,21%
Justiça Militar da União	1	0,11%
Não informado	76	8,12%
Total geral	936	

Não foram computados os processos em tramitação no STF

Na tabela a seguir, detalham-se as classes dos processos tratados nas demandas classificadas como morosidade processual.

CLASSE	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA DO TRABALHO	STJ	TST	JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	NI	TOTAL GERAL
Procedimento do juizado especial cível	49	17				1	67
Ação trabalhista - rito ordinário		42		8			50
Ação civil pública	36	10				1	47
Ação civil coletiva	20	11				1	32
Procedimento ordinário	21	9					30
Apelação	15	11	2				28
Ação penal - procedimento ordinário	20	5				1	26
Inventário	24						24
Mandado de segurança	17	5				1	23
Apelação / reexame necessário	3	11					14
Cumprimento de sentença	10	1				1	12
Execução contra a fazenda pública	10	1					11
Habeas corpus	2		8				10
Ação de alimentos	10						10
Ação rescisória	6	3				1	10
Procedimento sumário	8	2					10
Ação trabalhista - rito sumaríssimo		8					8
Embargos à execução	5	3					8
Recurso inominado	3	5					8
Recursos trabalhistas		2		6			8
Reintegração / manutenção de posse	7					1	8
Execução de título extrajudicial	6	1					7
Ação penal - procedimento sumário	4	2					6
Consignação em pagamento	6						6
Despejo por falta de pagamento cumulado com cobrança	6						6
Execução de alimentos	6						6
Mandado de segurança coletivo	6						6
Outras medidas provisionais	5	1					6

CLASSE	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA DO TRABALHO	STJ	TST	JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	NI	TOTAL GERAL
Abertura, registro e cumprimento de testamento	5						5
Ação civil de improbidade administrativa	5						5
Arrolamento comum	4					1	5
Carta precatória	5						5
Divórcio litigioso	5						5
Dúvida	3	2					5
Outros procedimentos de jurisdição voluntária	4					1	5
Recurso especial			5				5
Usucapião	5						5
Ação de cumprimento		2	1	1			4
Agravo de instrumento	2	1	1				4
Agravo de instrumento em recurso de revista		2		2			4
Alimentos - Lei nº 5.478/68	3	1					4
Alvará judicial	3	1					4
Cautelar inominada	4						4
Despejo por falta de pagamento	3					1	4
Reclamação	1	3					4
Revisão criminal	4						4
Separação litigiosa	4						4
Busca e apreensão em alienação fiduciária	3						3
Desapropriação	3						3
Execução da pena	3						3
Precatório	3						3
Processo administrativo	2	1					3
Regulamentação de visitas	3						3
Ação penal de competência do júri	2						2
Agravo de instrumento em agravo de petição		2					2
Alimentos - provisionais	2						2
Averiguação de paternidade	2						2
Busca e apreensão	2						2
Cumprimento provisório de sentença	2						2
Exceção de coisa julgada	2						2
Falência de empresários, sociedades empresárias, microempresas e empresas de pequeno porte	2						2
Monitória	1					1	2
Pedido de providências	1		1				2
Petição	2						2
Prestação de contas	1		1				2
Procedimento de cumprimento de sentença/decisão	2						2

CLASSE	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA DO TRABALHO	STJ	TST	JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	NI	TOTAL GERAL
Representação criminal	2						2
Separação consensual	2						2
Suspensão de liminar ou antecipação de tutela	2						2
Ação cível originária			1				1
Ação penal			1				1
Ação cautelar			1				1
Ação penal - procedimento sumaríssimo	1						1
Ação penal militar - procedimento ordinário					1		1
Adoção	1						1
Agravo			1				1
Agravo de instrumento em recurso especial	1						1
Agravo de instrumento em recurso extraordinário	1						1
Agravo regimental			1				1
Alvará judicial - Lei 6858/80	1						1
Anulação e substituição de títulos ao portador	1						1
Apuração de irregularidades em entidades de atendimento	1						1
Arguição de inconstitucionalidade	1						1
Arrolamento de bens	1						1
Assistência judiciária		1					1
Auto de apreensão em flagrante	1						1
Auto de prisão em flagrante	1						1
Cobrança de cédula de crédito industrial	1						1
Conversão de separação judicial em divórcio	1						1
Correição ordinária		1					1
Cumprimento provisório de Decisão	1						1
declaração de ausência						1	1
Despejo	1						1
Discriminatória	1						1
Dissolução e liquidação de sociedade	1						1
Divórcio consensual	1						1
Embargos à execução fiscal	1						1
Embargos de divergência em recurso de mandado de segurança			1				1
Embargos de terceiro						1	1
Execução de multa	1						1
Execução fiscal						1	1
Execução provisória	1						1

CLASSE	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA DO TRABALHO	STJ	TST	JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	NI	TOTAL GERAL
Guarda	1						1
Habilitação de crédito	1						1
Habilitação para adoção	1						1
Incidente de falsidade	1						1
Incidente de uniformização de jurisprudência		1					1
Insolvência civil	1						1
Interdição	1						1
Medidas protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)	1						1
Prestação de contas - exigidas	1						1
Procedimento especial da Lei Antitóxicos	1						1
Protesto formado a bordo		1					1
Providência	1						1
Reabilitação		1					1
Recurso de revista				1			1
Recurso em mandado de segurança			1				1
Recurso em processo administrativo disciplinar em face de servidor		1					1
Reexame necessário		1					1
Relatório de investigações	1						1
Representação por excesso de prazo	1						1
Requisição de pequeno valor	1						1
Separação de corpos						1	1
Tutela	1						1
Não informado	134	46	14	5		60	259
Total geral	578	218	40	23	1	76	936

NI: não informado.

As reclamações sobre processos ainda não julgados representam 70,94% dos registros e há 23,72% de processos já julgados. Os processos em fase de execução representam 17,31%, enquanto os que não atingiram essa fase correspondem a 77,35%.

Origem	Julgado			Total geral
	Não	Sim	NI	
Justiça Estadual	438	130	10	578
Justiça Federal	119	25	1	145
Justiça do Trabalho	33	38		71
Superior Tribunal de Justiça	37	3		40
Tribunal Superior do Trabalho	15	8		23
Justiça Eleitoral	2			2
Justiça Militar da União	1			1
Não informado	19	18	39	76
Total geral	664	222	50	936
	70,94%	23,72%	5,34%	

Origem	Em Execução			Total geral
	Não	Sim	NI	
Justiça Estadual	470	98	10	578
Justiça Federal	130	14	1	145
Justiça do Trabalho	40	31		71
Superior Tribunal de Justiça	38	2		40
Tribunal Superior do Trabalho	19	4		23
Justiça Eleitoral	2			2
Justiça Militar da União	1			1
Não informado	24	13	39	76
Total geral	724	162	50	936
	77,35%	17,31%	5,34%	

2.3. Utilização Indevida do Nome do CNJ

A Ouvidoria continua recebendo notícias de tentativas de golpes contra pessoas que são partes em processos judiciais. Os golpistas usam de forma indevida o nome do CNJ e solicitam vantagens às vítimas mediante promessa de intermediação para recebimento de valores pendentes de pagamento em causas em tramitação no Poder Judiciário.

Apesar da requisição de instauração de inquérito à Polícia Federal na apuração dos fatos, nesse trimestre foram recebidas onze manifestações por meio do formulário eletrônico e por meio telefônico, acerca de tentativas de golpes contra autores de ações no Judiciário, com utilização do nome do CNJ.

A Ouvidoria tem orientado os cidadãos acerca da atuação do CNJ, informando-os de que as decisões do Conselho são de natureza administrativa e que não faz contatos telefônicos para cobrar valores sobre ações em curso no Poder Judiciário.

3. PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES DO CNJ

A tabela abaixo discrimina a participação das unidades do CNJ que auxiliaram no atendimento das demandas relacionadas às respectivas áreas de atuação.

SETOR	TOTAL
Dep. de Monitoramento e Fiscalização do Sist. Carcerário e do Sist. de Exec. de Med. Socioeducativas	168
Corregedoria Nacional de Justiça	146
Serviço de Atendimento ao Usuário	64
Assessoria de Comunicação Social	27
Seção de Seleção e Aperfeiçoamento	27
Departamento de Gestão Estratégica	16
Secretaria Processual	13
Gabinete Conselheiro Ney José de Freitas	5
Seção de Acompanhamento do Cumprimento das Deliberações do CNJ	5
Gabinete Conselheiro Milton Nobre	4
Seção de Legislação e Registros Funcionais	4

SETOR	TOTAL
Gabinete Conselheiro José Roberto Neves Amorim	3
Setor de Apoio às Comissões e Projetos	3
Subsecretaria de Protocolo, Autuação e Distribuição	2
Departamento de Acompanhamento Orçamentário	1
Gabinete Conselheiro Ives Gandra	1
Gabinete Conselheiro Fernando da Costa Tourinho	1
Totais	490

4. ENCAMINHAMENTO DE DEMANDAS A OUTROS ÓRGÃOS

No período, houve 1.045 encaminhamentos às ouvidorias judiciais e corregedorias dos tribunais. Essas demandas tratam de atrasos em movimentações processuais e de questões específicas dos órgãos jurisdicionais. Quando necessário, considerando a hipótese do artigo 7º, I, da Resolução CNJ nº 103/2010, houve orientação dos demandantes para o direcionamento de seus questionamentos ao CNJ. O quadro a seguir detalha os encaminhamentos:

ÓRGÃO DE DESTINO	TOTAIS
Ouvidoria do Tribunal de Justiça da Bahia	144
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro	140
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de São Paulo	103
Gerência de Registro e Suporte à Ação Correcional do Tribunal de Justiça de Minas Gerais	47
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Pernambuco	45
Ouvidoria do Superior Tribunal de Justiça	39
Ouvidoria Judiciária do Tribunal Regional Federal da 1ª Região	39
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 2ª Região	31
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região	29
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Ceará	25
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Espírito Santo	24
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 3ª Região	24
Ouvidoria do Tribunal Superior do Trabalho	23
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Goiás	22
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	20
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	19
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Piauí	17
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Pará	16
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Alagoas	14
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte	14
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Santa Catarina	13
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Mato Grosso	13
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul	13
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Paraná	13
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	13
Corregedoria do Tribunal de Justiça da Paraíba	10
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Amazonas	10
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Maranhão	10
Corregedoria do Tribunal de Justiça do Paraná	9
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Rondônia	9
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	7

ÓRGÃO DE DESTINO	TOTAIS
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região	7
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Sergipe	5
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Tocantins	5
Ouvidoria do Tribunal de Justiça da Paraíba	4
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região	4
Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (2º grau)	4
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região	3
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região	3
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região	3
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região	3
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região	3
Corregedoria do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (1º grau)	2
Ouvidoria Administrativa do Tribunal Regional Federal da 1ª Região	2
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região	2
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região	2
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região	2
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	2
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região	2
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região	1
Assessoria de Comunicação Social do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas	1
Central do Cidadão - Supremo Tribunal Federal	1
Corregedoria do Tribunal de Justiça de Sergipe	1
Corregedoria do Tribunal de Justiça do Amapá	1
Corregedoria do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro	1
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Roraima	1
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Acre	1
Ouvidoria do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região	1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas	1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Pará	1
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Seção Judiciária do Rio Grande do Sul	1
Presidência do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (2º grau)	1
Total geral	1.045

Na maior parte dos encaminhamentos aos órgãos do Judiciário, solicita-se que a providência adotada seja informada à Ouvidoria/CNJ, para registro ou adoção de medidas. Em relação às demandas encaminhadas no terceiro trimestre, receberam-se 617 respostas finais com informações sobre as providências adotadas, o que representa 59,04% dos registros encaminhados.

As reclamações, sugestões e críticas que não se refiram a providências a cargo do Conselho Nacional de Justiça são encaminhadas aos órgãos responsáveis, e comunica-se a providência ao interessado. Foram encaminhados nesse período cinco

demandas à Corregedoria do Conselho Nacional do Ministério Público e cinco às defensorias públicas estaduais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados levantados neste relatório seguem os parâmetros utilizados nos períodos anteriores. Os valores apresentados denotam que permanece grande o número de demandas referentes à morosidade processual. A Ouvidoria buscou maior detalhamento das características desse tipo de demanda no que concerne ao perfil dos demandantes, ocupação, Estado de origem, órgão em que tramita o processo, instância em que se encontra etc.

Em atendimento ao inciso III do art. 4º da Resolução nº 103/2010, a Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça, ao promover maior integração com as demais ouvidorias judiciais e corregedorias dos tribunais, tem contribuído para maior efetividade na resolução das demandas dos cidadãos, orientando-os para que as procurem e, no caso de omissão ou inação, promovam reclamação a este Conselho.

Além disso, a Ouvidoria tem encaminhado manifestações direcionadas a outros órgãos não integrantes do Poder Judiciário, como o Conselho Nacional do Ministério Público e as defensorias públicas, visando ao eficaz atendimento das demandas recebidas.

Brasília, 13 de abril de 2012.



WELLINGTON CABRAL SARAIVA
Conselheiro
Ouvidor

Cristiana Gontijo Bastos
Chefe do Gabinete

Técnicos:

Alexandre Padula Jannuzzi
Anderson Moreira da Silva
Hubner Alessandro Rocha
Inaldo do Nascimento
Mariana Feltrini Turibio

Apoio:

Mayana Camilla Oliveira Carvalho
Eunice de Costa Oliveira
Rebeca Pereira de Oliveira